

A POSSESSÃO COMO EXPRESSÃO DA VOZ SUBALTERNA: O CASO DA UMBANDA.

BARROS, Sullivan Charles (UNIEURO)

Introdução

O que caracteriza uma religião seja ela qual for, é o estabelecimento de um contato entre o mundo profano dos homens e o mundo do sagrado, o dos deuses. Mas se na maior parte das religiões ocidentais é o homem que, com dificuldade, por meio de um esforço geral e penoso se eleva até Deus, em outras religiões ditas “ritualísticas”, são as divindades que “descem” e vem por momentos habitar o corpo de seus fiéis.

O núcleo central de algumas religiões é, pois, esta “entrada” de “entidades” espirituais no organismo, na cabeça, nos músculos; é a “queda dos santos” vindos de espaços míticos até os seus santuários religiosos. E os fiéis que assim são “possuídos” buscam a experiência direta do sagrado tendo como único intermediário seus próprios corpos.

Geralmente, o transe é visto como estado alterado de consciência (total ou parcial), isto é, descontinuidade das funções da personalidade, descontinuidade das modalidades sensoriais, descontinuidade da memória, descontinuidade dos padrões comportamentais.

Por outro lado, o termo possessão tem, assim, uma gama muito mais ampla de significados. Possessão, necessariamente, define uma crença e, como tal, tecnicamente só pode ser vinculada a um contexto cultural, isto é, remetido a um conjunto de convicções explicativas, de caráter místico.

Possessão implica, pois, a presença em determinado indivíduo, de seres ou forças sobrenaturais que apropriam de seu corpo enquanto que o transe pode estar desligado destas crenças.

A possessão deve ser vista mais do que a invasão de um espírito no corpo de alguém. É o próprio espírito que se manifesta por meio de um veículo humano; se há contato, é do espírito que possui com a comunidade ou representantes desta comunidade e, não apenas do espírito com este “veículo”.

A crença na possessão é geralmente apoiada em alterações comportamentais, sensoriais, perceptivas e memoriais evidentes, isto é, a possessão parece ligada ao

transe, como o transe de possessão, vinculado à manifestação do sobrenatural (qualquer que seja a forma que assuma), naturalmente porque o transe de possessão (ou de “incorporação”) sempre aparece estudado no contexto religioso (é este o termo que será empregado no decorrer de todo o trabalho).

Este tipo de transe de possessão por espírito é socialmente aceitável quando se integra à cultura de um determinado grupo social, mas é considerado um distúrbio quando fora deste contexto. Vale ressaltar, que mesmo no grupo que o admite e valoriza, o transe de possessão por espírito não será aceito fora do contexto específico (os ritos, cultos e situações em que os espíritos devem intervir na comunidade) em que ele se integra, pois, neste caso ele perde sua função social e se torna não adaptado e incômodo para esta comunidade.

É evidente que todo culto de transe de possessão necessita da existência de não “possuídos”. O fenômeno da possessão para se realizar possui uma estreita dependência daqueles que irão assisti-la, dialogar com as divindades “incorporadas”, cantar para eles, cumprimentá-los, conversar com eles. A sua legitimidade depende, em grande medida, do reconhecimento destes outros fiéis onde o não-possuído é caução da experiência da possessão.

O transe de possessão não será aceito, conforme já discutido anteriormente, fora do contexto específico (os ritos, cultos e situações em que os espíritos devem intervir na comunidade) em que ele deve se integrar, pois, neste caso ele perde a sua função social e se torna incômodo para a comunidade.

É por isso que o fenômeno da possessão não deve ser visto como um fenômeno individual, mas coletivo, social. Tanto pelo caráter público e generalizado de sua prática como também pelo fato de que a própria possessão é uma construção social, um estado que só existe pela credibilidade e eficácia que se lhe outorga socialmente, um estado que serve de instrumento coletivo de comunicação com o sagrado.

Neste sentido, o presente paper ao analisar a possessão como expressão da “voz” subalterna, percebe-se que este fenômeno é, essencialmente, uma filosofia do poder. Os espíritos são ao menos hipóteses que, para aqueles que neles acreditam, fornecem uma filosofia de causas últimas e uma teoria de tensões sociais e relações de poder.

O universo simbólico da umbanda

Na umbanda, as “entidades” situam-se a meio caminho entre a concepção dos deuses africanos do candomblé e os espíritos dos mortos dos kardecistas. O transe na umbanda não é nem estritamente individual (como no kardecismo) nem propriamente representação mítica (como no caso do candomblé), mas atualizações de fragmentos de uma história mais recente por meio de personagens tais como foram conservados na memória popular brasileira. Sua língua ritual é o português falado no Brasil.

Suas “entidades” espirituais cultuadas¹ são espíritos de mortos que constituem categorias mais genéricas, onde a referência à vida pessoal é substituída por um estereótipo. Isto é, não é a evocação deste ou daquele indivíduo em particular, mas a representação de modelos sociais expressos em seus “cavalos” que realizam a passagem destas “entidades” de seu mundo sagrado para o mundo profano dos homens.

Para muitos, o grande trunfo desta religião estaria no fato de que, por meio do seu universo mágico/religioso, expressaria uma inversão simbólica no que diz respeito às relações de poder. Tal como exposto por Maggie:

“Esses modelos sociais expressos nos exus, pretos-velhos, pombas-giras e caboclos, figuras desprestigiadas pela sociedade mais ampla transformam-se, no ritual, não só em figuras de prestígio, mas em deuses, e entre eles os que mais atuam. Ou seja, o inverso do que seriam na vida cotidiana, não sagrada” (2001:118).

Esse “mecanismo de inversão simbólica”, onde figuras desprestigiadas pela sociedade mais ampla (ex-escravos, índios, crianças, marginais, prostitutas, estrangeiros) passam à categoria de deuses, poderosos e atuantes, onde o homem “branco” – “imagem ideal colocada no topo da ordem evolutiva, não tem os poderes que possuem seus subalternos” (Birman, 1985:46). Eis, portanto, a dependência destes em relação aos seus “deuses” na resolução de problemas quer sejam de ordem financeira, de saúde, sexual ou amorosa.

Na umbanda são numerosos os personagens possíveis que transitam por sua mitologia e cerimonial. Isto permite demonstrar que esta religião possui um caráter de abertura contida nos limites de uma progressão geométrica e por isso mesmo humanamente infinitos.

¹ Vale ressaltar que nas “giras” de umbanda também se homenageiam os orixás do candomblé.

Esta possibilidade, contudo, tem seus limites estabelecidos por alguns tipos de personagens retirados da realidade nacional: caboclos, pretos-velhos, exus, pombas-giras, crianças, boiadeiros, marinheiros, sereias, ciganos, soldados (“linha” dos oguns), estrangeiros (“linha” dos orientais), os meninos de rua (exus-mirins) e outras categorias que embora não tenham “linhas” específicas se agregam a outras como é o caso dos judeus e dos homossexuais.

Cada “guia” representa, para o campo e temática de trabalho umbandista, um tipo de virtude que deve ser desenvolvida pelo ser humano a fim de que este possa chegar a graus superiores de evolução espiritual.

Retornando ao pensamento umbandista, é desta forma que as “entidades” crianças passam a representar o ideal de pureza, de inocência; o caboclos, a simplicidade, a altivez e a arrogância; os pretos-velhos a humildade, a compaixão.

No caso dos baianos, eles representam o ideal da crença; os boiadeiros, a determinação, a obstinação; os marinheiros, o equilíbrio, a virilidade; as sereias, a descoberta do inconsciente, a sedução.

Já os ciganos, eles são o ideal de liberdade; os soldados (oguns), a lealdade; os estrangeiros (“linha” do oriente), a sabedoria; os judeus, a fé; os meninos de rua, a esperança; os homossexuais, a tolerância; os exus, a vitalidade, a revolta, o escárnio; os malandros, a descontração e as pombas-giras, a sensualidade desenfreada, o desejo.

As associações destas “entidades” com uns e com outros são freqüentemente explicadas em termos de suas experiências históricas comuns como povos e personagens subalternos.

É aqui que o imaginário umbandista se alimenta, exatamente no fato de mergulhar tão profundamente na realidade brasileira, de buscar a partir daí sua fonte de inspiração, transformando em símbolos figuras do nosso cotidiano popular que sofreram (e ainda sofrem) as formas mais desprezíveis de preconceito mas que, apesar de tudo, possuem as qualidades e atributos necessários para ajudar aqueles indivíduos que os procuram todos os dias nos terreiros.

Transe e Possessão na Umbanda

Apesar dos distanciamentos teóricos e metodológicos que possam existir entre os estudiosos da umbanda, um elemento se torna denominador comum entre eles para expressar as especificidades desta religião: é na possessão que todo o edifício umbandista adquire sentido.

É por meio do fenômeno da possessão que as “entidades” espirituais desta religião se manifestam perante os homens; é a instância ritual que permite que seu “trabalho” seja feito, que as divindades colaborem com as necessidades humanas e que sejam recompensados por isto.

O fato da possessão desempenhar um papel tão relevante no imaginário umbandista não implica, no entanto, que este seja um acontecimento extraordinário. Ao contrário, é um ato rotineiro e até banal desde que seja realizado na atmosfera permissiva e incentivadora da livre expressão das “giras”.

A possessão deve começar e terminar em hora fixa, se desenvolvendo segundo um cenário dado. A cada sessão em que o indivíduo for “possuído”, estará sob os cuidados e orientação do chefe espiritual do ritual. Inicialmente os tranSES serão intensos, desordenados e agitados. Com o tempo os tranSES de possessão ficarão mais controlados e o indivíduo, agora denominado de “cavalo”, passa a ter relativo controle sobre ele, fazendo os seus tranSES somente nos terreiros, em locais apropriados e nas ocasiões solenes do culto.

Existem as sessões de desenvolvimento em que os médiuns aprendem gradativamente a “domesticar” seu estado de possessão pelos espíritos, controlando o tranSE desordenado do início das primeiras manifestações e adquirindo de forma gradativa um linguajar e uma postura corporal características de seus “guias”, a fim de que estes cumpram o seu papel.

Os indivíduos agora, alçados à condição de médiuns de incorporação, tornam-se personalidades importantes para a comunidade e são valorizados por esta. De simples indivíduos, eles se tornam médiuns desenvolvidos, “cavalos dos santos” e prestam serviços àquela comunidade. Desensibilizados e controlados, eles voltam suas energias para um significado maior em suas vidas que, segundo a concepção umbandista, seria a de ajudar ao próximo.

Os “trabalhos” de cura, de assistência social (“caridade”), desobsessão ou mesmo aqueles de “demanda” e “contra-demanda”, desenvolvidos pelos terreiros umbandistas, por intermédio de suas “entidades” espirituais manifestadas em seus

“cavalos”, prestam serviços mágicos à comunidade desassistida, tendo um alcance inevitavelmente muito mais amplo que outras instâncias sociais.

A cada dia milhares de pessoas são “incorporadas” por todo tipo de “entidades” espirituais com os mais variados propósitos. Um único médium pode ser habitado cada semana por três, quatro, meia dúzia ou mais de “guias”. Agentes e clientes, estão tão acostumados com tais acontecimentos que estes tem para eles o mesmo grau de cotidianidade que a consagração da hóstia para o fiel católico.

Na umbanda, como foi visto em ocasião anterior, o transe não é nem estritamente individual nem propriamente representação mítica, mas a atualização de fragmentos de uma história mais recente por meio de personagens tais como foram conservados no imaginário popular brasileiro: caboclos, pretos-velhos, exus, pombas-giras, malandros, marinheiros, sereias, ciganos, baianos, etc.

Quando “descem” em seus “cavalos”, não são evocação deste ou daquele indivíduo reconhecido pela história de suas vidas passadas, mas a representação de índios brasileiros, escravos africanos, crianças, marginais, alcoólatras, prostitutas, malandros, estrangeiros perseguidos pelas suas crenças e tradições ou ainda daqueles indivíduos desqualificados quer sejam pela sua condição social e/ou pela sua conduta moralmente condenável segundo os valores da sociedade mais ampla. Enfim, todo e qualquer tipo de minoria desassistida pela sociedade brasileira.

Suas manifestações no corpo de seus médiuns são feitas por meio da lembrança inconsciente de alguns traços que permanecem como suas características diferenciadoras: altivez e arrogância dos caboclos; humildade e compaixão dos pretos-velhos; inocência das crianças; revolta e escárnio dos exus; sensualidade desenfreada das pombas-giras; alegria do povo cigano, etc.

Este relativo distanciamento do “real”, por meio do imaginário, dá margem a uma constante recriação e explica as variações que se verificam nos terreiros umbandistas mais populares: enquanto nas outras religiões possam existir uma maior exigência de fidelidade aos modelos (mítico num caso, e pessoal, no outro), na umbanda, apesar do transe e das representações serem também regulados, há uma maior possibilidade de acréscimos e reinterpretções.

Este tipo de imaginário religioso não se regula pela cronologia e, curiosamente, a umbanda, que aparentemente é uma das religiões que mais consagra o profano (sendo por vezes difícil diferenciar a vida comum das pessoas das lendas dos seus deuses e discernir onde acaba uma roda de samba e começa uma “gira”) apresenta um

senso do tempo imaginal e uma proximidade com o sagrado menos intelectualizado, mais espontâneo, mas bastante genuíno e fiel ao modo próprio do seu acontecer (talvez por não ter sido objeto de racionalizações sócio-políticas, nem vítima de interpretações fundamentalistas, aliás, incompatíveis com o *ethos* desta espiritualidade).

Por se considerar a religião nacional do Brasil, a umbanda utiliza o fenômeno da possessão para “falar” da sociedade brasileira, numa espécie de continuidade com o plano social.

As entidades “brasileiras” da umbanda que “descem” em seus terreiros fazem parte da mitologia e do sistema de representações do povo brasileiro subalterno. Estas acabam por definir um tipo de vínculo específico com seus “cavalos”, fazendo parte da história biográfica de cada um deles, possuindo uma relação de continuidade com as marcas sociais que integram essa história, geralmente histórias de indivíduos explorados, oprimidos, subalternos, marginalizados em potencial.

A umbanda empresta um sentido particular à esta vivência cotidiana da realidade brasileira. A construção religiosa de si própria e deste cotidiano se faz, contudo, em um universo simbólico, um código de sentido mítico. Conseqüentemente, pode-se considerar a umbanda como negação de campos estanques e a construção articulada da mediação ser humano/matéria/vida/divindades/espírito/morte: enfim, metáforas ritualizadas e dramatizadas da realidade social, econômica, política e cultural do país.

Considerações finais

A formação da umbanda deve ser apreendida naquele movimento de transformação da sociedade brasileira, exprimindo por meio de sua ideologia e ética religiosa o movimento de consolidação de uma sociedade urbano-industrial. Surgida em Niterói e depois estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro cenário da modernização cultural brasileira e contexto de acelerada mudança e diversificação social, além de ser a capital política do país na época, a umbanda foi ao mesmo tempo plural e uniforme, uma espécie de linguagem cultural comum num diversificado meio social urbano.

De sua matriz africana, a umbanda manteve o culto aos orixás, o transe de possessão e o rito dançado. Seus ritos são considerados bem mais simples e

acessíveis e são celebrados em português, confirmando o seu caráter brasileiro e mestiço. Sua concepção de mundo é fortemente marcada pela valorização da caridade. A própria noção de que os espíritos vêm à Terra para “trabalhar” define o grau de importância desta religião para os seus fiéis e clientes que recorrem aos terreiros para resolverem toda a sorte de problemas.

As tendas, casas, centros e terreiros de umbanda constituem-se em *locus* por excelência da produção e reprodução do sagrado; neles foram gerados os mitos primordiais da umbanda consubstanciados em suas figuras míticas. Todos, modelos da condição do brasileiro subalterno ou de outras condições sociais vistos sob esta ótica, transmutados em deuses mediante processo de inversão simbólica.

Aí está composto todo o campo e temática de trabalho umbandista. Calcado em cima dos médiuns e “cavalos” que se identificam como espíritos abnegados (no momento em que são “possuídos” por estes) e de suas narrativas de dor e sofrimento, é possível mergulhar tão profundamente na realidade brasileira, de buscar aí sua fonte de inspiração, transformando em símbolos emblemáticos figuras do cotidiano popular e buscando a sua maneira o seu significado mais profundo.

Referências Bibliográficas

BIRMAN, Patrícia. (1985), *O que é umbanda*. São Paulo, Brasiliense [Coleção Primeiros Passos].

MAGGIE, Yvonne. (2001), *Guerra de orixá: um estudo do ritual e do conflito*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.